

Sarney: boicote ao PDS é radicalismo

Da sucursal de
SALVADOR

O presidente do PDS, senador José Sarney, disse ontem, em Salvador, que a proposta do dirigente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, para os partidos oposicionistas firmarem um documento proibindo coligações com a agremiação governista representa uma ameaça de radicalização e de confronto e "toda confrontação é perigosa para todos". Disse que a medida "é inválvel politicamente e pernicioso ao processo democrático", argumentando ainda que as coligações partidárias são permitidas por lei, atendem a peculiaridades de cada Estado e não impedem que cada partido ocupe espaço próprio. "Na prática, seria a volta do bipartidarismo — um retrocesso político", afirma.

Sarney passou o dia de ontem na capital baiana, prosseguindo sua viagem pelos Estados para avaliar a situação do PDS e suas perspectivas eleitorais em 1982. No aeroporto 2 de Julho, foi recebido pelo governador Antonio Carlos Magalhães, pelo presidente do Senado, Luiz Vianna Filho e pelo senador Lomanto Junior, líderes de três das quatro correntes que compõem o partido governista na Bahia. Notou-se apenas a ausência do biónico Jutahy Magalhães, o que foi justificado com a alegação de que o herdeiro do "juracisismo" baiano está em viagem de férias.

Sarney, ao conversar com os jornalistas ainda no aeroporto — antes da entrevista ele recebeu das mãos de uma "baiana", em frente às câmaras de TV, uma fitinha do Senhor do Bonfim — disse que a ausência do biónico não tinha qualquer significado político e não podia ser encarado como indício de divergências no partido. Aliás, o senador maranhense, perguntado sobre suas expectativas diante da disputa das quatro correntes pedessistas na Bahia, algumas delas com candidatos às eleições para o governo do Estado, em 82, já em franca campanha, comentou apenas que não há divergências no PDS e que o partido está unido sob a liderança do governador Antonio Carlos Magalhães.

Também o secretário-geral do PDS, o deputado baiano Prisco Viana, que acompanhou Sarney na visita a Salvador, minimizou os possíveis efeitos da disputa entre os grupos do PDS da Bahia dizendo que a sucessão estadual deve ser discutida no segundo semestre deste ano, de acordo com o calendário anunciado pelo governador. Confirmando a sua condição de aspirante ao governo da Bahia, Prisco Viana, que é vinculado à corrente "vianista", observou que o interesse dos dirigentes do PDS é lançar um candidato que leve o partido à vitória em 82. Acrescentou, no entanto, que o momento ainda não é de campanha eleitoral. Não quis, porém, condenar os demais "aspirantes" que já estão em campanha, dizendo tratar-se de "iniciativa pessoal".

Quanto à reformulação da legislação eleitoral, Prisco Viana declarou que o seu partido pretende apresentar um projeto de reforma no próximo ano, para aplicação nas eleições de 82. Para isso, o parlamentar baiano, que dirige a comissão do PDS encarregada de estudar o assunto, concluiu na semana passada o levantamento dos quase 50 projetos existentes no Congresso sobre o tema, a fim de subsidiar o projeto do partido.

Em julho, a comissão terá cumprido a sua missão e o partido estará em condições de elaborar o projeto, que será de responsabilidade do PDS e não do Executivo, conforme garantiu o dirigente pedessista, acrescentando que a proposta vai representar o consenso interpartidário, "já que as oposições serão consultadas". Assegurou que a reforma visa ao aperfeiçoamento do processo eleitoral, e não beneficiar o PDS, mas hesitou quando um jornalista perguntou se a proposta de reformulação refletiria o espírito da recente declaração do vice-presidente Aureliano Chaves, de que "não se ganha eleições com mágicas, mas nas urnas". Prisco respondeu que eleição se ganha "com organização, lideranças e muito trabalho", mas diante da insistência do repórter, comentou que a declaração de Aureliano "já passou em julgado e todos nós concordamos com ela".